



Pais manifestaram-se em frente à antiga direção regional

Contra a discriminação nas salas de aula

●●● Perto de uma centena de pais e encarregados de educação manifestaram-se ontem pacificamente em frente à Direção Geral de Estabelecimentos Escolares (DGEstE). Apelar para que o Ministério da Educação e Ciência resolva, com urgência, a colocação de professores e terapeutas nos estabelecimentos de ensino foi um dos principais objetivos do protesto.

Um mês depois do início do ano letivo, as crianças com necessidades educativas especiais (NEE) continuam sem dispor dos meios que “a legislação portuguesa impõe” e que leva a que as crianças, neste momento, se sintam “discriminadas” em relação aos seus colegas. Por exemplo, o filho de Anabela Cunha é “surdo profundo” e, devido à doença que sofre, sente-se completamente perdido na sala de

aula. “Só percebe o que nós lhe dizemos se recorrermos à linguagem gestual”, disse. Como não entende quase nada, Anabela Cunha tem todos os dias de lidar com a sua frustração, levando a que todos os dias se sinta “amargurada por despejar” o filho na escola.

Cristina Largueza, da Lousã, foi outra das mães presentes na iniciativa. Naquele concelho, o corte de docentes chegou aos 60 por cento, o que leva a que os docentes efetivos “não tenham mãos a medir para acudir a todos aqueles que necessitam deste tipo específico de trabalho”.

Por estas e por outras razões, Isabel Araújo, portavoz da Pró-Inclusão e da Pais em Rede, entende que era chegada a hora dos pais virem à rua mostrar a sua indignação perante a situação. Desde logo, porque

“existem alunos que, por falta de apoio, são aconselhados a ficar em casa” ou então reparam que “os professores passam a ter mais preocupações com colegas que necessitam de maior apoio”.

Esta situação acontece porque, de acordo com a encarregada de educação, o ministério faz “contas estranhas” na hora da colocação dos docentes, pois as colocações são feitas “não pelo número de alunos que precisam de apoio, mas sim pelo número total de docentes em cada agrupamento”. Isso obriga a uma grande movimentação de professores, a qual não é prevista pelos responsáveis em Lisboa. “A lei tem tudo bem descrito; o que não acontece é o seu cumprimento na íntegra”, frisou Isabel Araújo.

| **António Alves**